



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2015 (Do Sr. Benjamin Maranhão)

Requer que a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público encaminhe solicitação de auditoria ao Tribunal de Contas da União, para apurar as causas da paralisação de obras da Petrobras e as consequentes demissões de seus trabalhadores, constatados por esta Comissão em visitas técnicas realizadas em diversos Estados da federação.

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 24, X, que esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público encaminhe solicitação de auditoria ao Tribunal de Contas da União, para apurar as causas da paralisação de obras da Petrobras e as consequentes demissões de seus trabalhadores, constatadas por esta Comissão em visitas técnicas realizadas em diversos Estados da federação.

JUSTIFICAÇÃO

Além da não elaboração de projetos básicos, o que notadamente comprova a falta de um melhor planejamento de obras e serviços contratados, existem sérios fundamentos para preocupação com os efeitos da Operação Lava Jato sobre as obras da Petrobras, por suspeita de irregularidades que tiveram como consequência imediata a demissão de milhares de trabalhadores de complexos petroquímicos, refinarias e estaleiros.

Visando apurar o aumento do desemprego decorrente da paralisação das referidas obras e da suspensão de recursos por parte da Transpetro, subsidiária da Petrobras, esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público realizou visita técnica a obras em Pernambuco (Ipojuca em 08/05/15), Bahia (Maragogipe em 22/05/15) e no Rio Grande do Sul (Charqueadas em 03/07/15). Vão ser vistoriados, ainda neste ano, os investimentos da Estatal feitos no Maranhão (Refinaria Premium I), Ceará (Refinaria Premium II), Mato Grosso do Sul (Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III) e Rio de Janeiro (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj).

No tocante aos estaleiros de Pernambuco, diante dos desdobramentos da Operação Lava-Jato, a Petrobras decidiu rever todos os contratos com os estaleiros Atlântico Sul e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Vard Promar, além de paralisar as obras na Refinaria Abreu e Lima. A Transpetro é responsável pelo Programa de Modernização da Frota (Promef) e possui contratos com os estaleiros para a construção de navios e plataformas. Em consequência disso, de acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, Henrique Gomes, somente o Estaleiro Atlântico Sul demitiu 700 trabalhadores nos últimos meses, sendo que entre janeiro e fevereiro deste ano foram mais de 200 desligamentos.

Em Maragogipe, cidade na qual os dados do CAGED registram a maior perda de empregos do Estado da Bahia e a 16ª do país, esta Comissão pode verificar os efeitos da crise para a população local, em razão da paralisação das atividades do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, consórcio contratado pela Petrobras para a produção de sondas para o pré-sal. Foram demitidos mais de 6.700 (seis mil e setecentos) trabalhadores diretos e outros milhares de trabalhadores terceirizados das dezenas de empresas que prestavam serviço ou eram fornecedoras do Estaleiro.

Na indústria da Iesa Óleo e Gás, em Charqueadas/RS, que produzia módulos de plataformas de petróleo para a Petrobrás, desde que se iniciou a operação Lava Jato, os contratos foram suspensos e milhares de trabalhadores foram demitidos, provocando um estado caótico na localidade. Após passar por mais de novecentas alterações contratuais, foi constatado que a Petrobras rompeu contrato no Estado do Rio Grande do Sul para fazer o mesmo serviço com empresas chinesas, sendo que o dinheiro público investido em canteiro de obra foi de R\$ 80 milhões e mais R\$ 300 milhões para construção de quatro módulos que estão semiacabados.

Durante as visitas técnicas, constatou-se maquinários abandonados, estradas de acesso danificadas e prédios destelhados, o que faz crer que os prognósticos traçados pela direção da Petrobras não irão se concretizar em curto prazo. Diante desses fatos, torna-se clara a importância da realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual solicito o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 2015

Deputado Benjamin Maranhão